

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE BRAGANÇA PAULISTA – COMDEMA – BIÊNIO 2021/2023 – 30 DE SETEMBRO DE 2021 – ON LINE GOOGLE MEET

Aos trinta de setembro de 2021, com início às **09h15**, realizou-se on-line no aplicativo google meet, num trabalho home office devido à pandemia do COVID 19 que o mundo está passando, a 3ª Reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – biênio 2021/2023, reunião de posse dos Conselheiros representantes das entidades no Conselho, conduzida pelo Professor Joaquim Gilberto de Oliveira, Presidente, com a presença dos Conselheiros, Selma Basani, Fabio Brunholi, Michele Consolmagno, Daniela Fernanda de Toledo, Davison Franco de Oliveira, Fabiane Farukawa, Dilnei Giseli Lourenzi, Paula Tranbaioli Lima, Carolina Marques Suppioni Bertelli, André Monteiro, Elenice Mouro Varanda, Osvaldo Junior Rubio, Priscilla Santana de Moraes, Fabiano A. Sperendio, Nádia Zacharczuk, Adriana Bertolini, Marta Franco, Beatriz Helena de Andrade Maia. Demais participantes: Cleber Caner, Michelle Ap. Cerezer, Monique Darrieux, e Verônica Queiroz. Abrindo os trabalhos o Senhor Presidente deu boas vindas a todos e todas e atestando o quórum legal para deliberações abriu a reunião informando a todos que a reunião estava sendo gravada e pedindo que os presentes colocassem o nome e a entidade que representavam no chat para registro da presença de todos e que as pessoas que não faziam parte do Conselho e queriam registrar a presença, também colocar o nome completo para registro em ata. Como primeiro item da pauta o senhor presidente colocou em votação a ata segunda ata da segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Bragança Paulista-COMDEMA, biênio 2021/2023, realizada no dia 26 de agosto de 2021. Pediu a dispensa da leitura e abriu a palavra aos conselheiros para manifestações e solicitou aos conselheiros que se as alterações fossem apenas de forma, ortografia ou de qualquer outra correção que não alterasse o conteúdo, encaminhar através do e-mail oficial do Conselho. Não considerações colocou em votação a ata que foi aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente informou a existência de uma solicitação por parte da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, para efeito de registro formal junto aos órgãos estaduais ambientais que em toda a reunião do COMDEMA, seja feito um print da tela dos participantes da reunião para registro oficial da reunião plenária. A Conselheira Beatriz Helena de Andrade Maia manifestou sua preocupação com os conselheiros que saem da

reunião antes de seu término e não participam de votações. Pelo senhor presidente foi dito que o problema já foi resolvido conforme artigo 20 e §2º do Decreto 3675 de 2021 que reestruturou o Regimento Interno do COMDEMA. Próximo item da pauta colocado em discussão de Assuntos de Interesse dos Conselheiros, três assuntos relacionados ao bem estar animal. O senhor presidente informou que estão sendo reestruturadas as câmaras técnicas de proteção animal e Resíduos sólidos. O item (a) - Destino dos animais mortos de responsabilidade do poder público. Após discussão sobre o tema, o Presidente disse que era necessário um pouco mais de maturidade na questão e solicitou autorização da Plenária para enviar ofício a Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, para que num próximo momento expliquem com mais calma a estrutura que o município tem a oferecer aos seus munícipes com relação às dúvidas levantadas pela Michelle Ap. Cerezer quanto aos animais que são atropelados, que morrem na casa suspeita de uma doença, animal sob a responsabilidade do abrigo ou em outro lugar, e os problemas que tem para que o Conselho possa ser uma ferramenta de ajuda na resolução desses problemas. Maurício Richieri sobre o tema disse que a destinação de animais mortos, entra na parte de resíduo sólido e é preciso conversar bastante para traçar alguns planos para solucionar o problema. Neste sentido o Presidente disse que é preciso dar um gás forte e colocar a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos para funcionar porque essa é a função da Câmara Técnica. Fazer essa discussão prévia e trazer para a Plenária esses assuntos discutidos anteriormente para ter um rendimento maior na reunião. O item (b) – Políticas de acolhimento dos animais em caso de tragédias e/ou outros impedimentos dos tutores. Conforme solicitação de Claudio Zago, da Divisão de Bem Estar Animal foi aprovada a inversão da pauta para discussão do item (c)- Denúncias de maus tratos no abrigo municipal. Claudio Zago informou que a denúncia de maus tratos chegou no dia 30 de agosto e no mesmo dia foi feita uma solicitação de abertura de procedimento que gerou um processo administrativo. No 1º primeiro de setembro foi realizada uma vistoria composta por dois médicos veterinários e um integrante da Secretaria do Meio Ambiente, acompanhados pela médica veterinária do abrigo. Após comparativos entre as fotos da denúncia e visita técnica in loco, a denúncia foi julgada improcedente. Informou também que o Processo Administrativo ainda está em andamento para manifestação das partes, mas está à disposição dos interessados. Pelo Presidente foi solicitado o encaminhamento para o Conselho uma cópia do Relatório Técnico de vistoria, através do e-mail comdema@braganca.com.sp.gov.br para compartilhar com os Conselheiros e tornar transparente a questão. Sugeriu a criação de um grupo de Conselheiros e interessados para

acompanhamento dos trabalhos que são feitos no abrigo no intuito de colaborar com a prefeitura e com a Faros D'Ajuda e com o relatório do Claudio Zago em mãos, mais a visita dos Conselheiros/ finalizar o assunto sobre a denúncia. Em seguida o senhor presidente fez um convite aos Conselheiros que quisessem fazer parte de visita e depois um grupo de trabalho que será montado para organizar os trabalhos de apoio à modernização das instalações do abrigo municipal de Bragança. Juliana Alves comentou sobre estar impedida de entrar no abrigo. A comissão para visita às instalações do abrigo municipal foi constituída por Juliana Alves, Michele Aparecida Cerezer, Joaquim Gilberto de Oliveira e Adriana Bertolini. O Assunto voltará á pauta na próxima reunião para finalizar a discussão. Sobre o item “b” da pauta- Políticas de acolhimento dos animais em caso de tragédias e/ou outros impedimentos dos tutores. Claudio Zago fez uma explanação sobre o tema dizendo que sempre quando ocorre uma tragédia a primeira entidade a ser acionada é o Corpo de Bombeiro e na sequência outras entidades. Que, no município existe uma parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente e Corpo de Bombeiros. Quando ocorre uma urgência e emergência, a própria entidade aciona o Samuvet que é administrado pela entidade Faros D'Ajuda e é uma criação do município e supervisionado pela Secretaria do Meio Ambiente. O serviço de urgência e emergência quando chega ao local e o animal não tem tutor é recolhido ao abrigo para os primeiros socorros. Após os procedimentos o animal volta a sua tutoria. O senhor Presidente, sobre o assunto, disse que dentro da Câmara Técnica de Proteção Animal e dentro do Conselho, houve a discussão de um caso isolado que deu origem a necessidade de uma discussão de um tema. Que, acha que o Conselho não tem a finalidade de ficar discutindo casos isolados. No Conselho precisam ser discutidas as ações que o município tem no caso de catástrofe, emergência, prisão do tutor. Que, o tema é amplo e envolve políticas de vários setores da sociedade civil organizada, através das Associações, dos lares temporários, dos protetores, do poder público através da DIBEM, da polícia e varias outras pessoas. Sugeriu que na próxima reunião plenária o município faça uma apresentação breve e objetiva, com conteúdo das políticas públicas envolvendo os animais que morrem sob a responsabilidade do poder público e os animais que são vítimas de tragédias, catástrofes e os que estão em posse de tutores que estão impedidos de exercer a sua guarda. Maurício Richieri disse que o fato de ter dito que a Juliana não vai entrar no abrigo, não quer dizer que é uma birra dele, o fato é que no passado ela teve alguns atritos com a Márcia, presidente do abrigo, e essa entrada foi proibida. Que, vai seguir o que a Márcia mandar. Se a Márcia disser que ela está proibida de entrar no abrigo ela não vai entrar e pronto.

Que, a ida dela junto com a Michelle vai acabar ocorrendo um inconveniente com a administração da ONG. O senhor presidente lembrou que a Farus D'Ajuda faz a administração de um espaço público e deve permear a base da transparência que é um dos pilares da administração pública. Uma Associação que administra um bem publico, um próprio publico, não está isenta dos pilares básicos da administração pública, que é a transparência e outros atributos básicos. As proibições de entrada de munícipes em próprios público precisam estar baseadas na lei senão é ilegal. Não é porque uma pessoa não quer que a outra não possa entrar. Que, não cabe ao Conselho fiscalizar ilegalidades de qualquer canil ou área particular. O foco hoje é o esforço conjunto do município, de protetores, do Ministério Público e do Conselho, para ajudar a melhorar e modernizar as condições de funcionamento do abrigo público do município. Finalizando o assunto, o senhor presidente informou que o Conselho participou de uma reunião com o Ministério Público com o objetivo de, Acompanhar o Cumprimento de Sentença da Ação Civil Pública contra a Prefeitura Municipal de Bragança Paulista e melhorias nas qualidades de atendimento de vida dos animais que estão sob a responsabilidade do município, alojados no abrigo municipal. Próximo item da pauta: Análise de parecer de TACs e homologação se recursos em segunda Instância. O Conselheiro Fabio Brunholi apresentou o parecer do TAC nº 16/2020, Processo Administrativo nº13. 097/2018, Associação dos Amigos Moradores das Colinas de São Francisco. Pelo senhor Presidente foi dispensada a leitura tendo em vista que o parecer foi encaminhado por e-mail aos Conselheiros. O Parecer foi pela favorável a homologação do TAC com a sugestão que dentre as mudas fornecidas, sejam realizadas as trocas por de espécies frutíferas nativas. O Parecer foi aprovado por unanimidade. Próximo assunto da pauta foi à solicitação de alguns conselheiros da mudança da data e horário das reuniões. Mais de oitenta por centos dos conselheiros optaram pela manutenção das Reuniões Plenárias na última quinta-feira do mês no período da manhã. O senhor Presidente sugeriu a possibilidade da reunião começar às oito e trinta. Solicitou permissão da Plenária para poder aprovar o calendário das Reuniões Plenárias do Conselho do mês de novembro até o mês de dezembro de 2022. Como é consenso que as reuniões serão feitas todas as quintas-feiras da última semana do mês, com exceção de dezembro que será feita no dia 16 de dezembro. Não havendo óbice na aprovação e publicação de uma deliberação do COMDEMA com o calendário anual das reuniões considerando as quintas-feiras das nove horas ao meio dia. Será encaminhada uma minuta dessa deliberação aos Conselheiros e assim que aprovado será publicado. Elenice Mouro Varanda falou sobre o programa Refloresta São Paulo, do

Estado de São Paulo. Que foi aberta inscrição para os municípios participarem sendo que Bragança Paulista já fez sua inscrição e poderá receber alguma verba e conseguir reflorestar mais o nosso município. Solicitou um relatório sobre o que já foi coberto do passivo ambiental com as compensações feitas nos TACs . Beatriz Helena de Andrade Maia falou sobre criação de propostas para economizar água e luz. A Secretária Nádia Zacharczuk informou que o Município aderiu aos programas Refloresta São Paulo e o principal foco é o reflorestamento da bacia do nosso reservatório, inicialmente na bacia da Serrinha em parceria com os proprietários rurais, com a Mata Ciliar. O senhor presidente informou que estão organizando dia 05 de novembro uma reunião cujo tema vai ser a importância da presença dos fragmentos florestais, a importância da interligação dos fragmentos florestais e proteção contra os incêndios florestais. Osvaldo Junior Rubi indagou sobre o uso racional da água pela indústria e Agronegócios. A Secretária Nádia Zacharczuk disse com relação ao incentivo, o município tem o IPTU ecológico que incentiva o consumo consciente de captação e armazenamento de água da chuva. Fabiano A. Sperendio disse que entre alguns agricultores da Serras e Águas houve mudanças na forma de irrigação. O senhor presidente apresentou foto de uma viatura que foi adquirida com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, que vai ajudar especialmente no combate á incêndio florestal. Convidou o representante da SABESP para participar da próxima reunião para falar sobre os projetos e ações referente ao desperdício de água.

Como nada mais foi dito, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião as 12h00.



JOAQUIM GILBERTO DE OLIVEIRA

Presidente do COMDEMA



CAROLINA MASTROROSA MOURÃO

Secretária do COMDEMA